

POLÍCIA MILITAR Dados obtidos pelo **Correio** revelam queda de 14% no número de procedimentos instaurados contra PMs entre 2020 e este ano. Apesar disso, casos ganham cada vez mais repercussão

Quando a farda se mistura com o crime

» DARCIANNE DIOGO
» SAMARA SCHWINGEL

Uma agressão contra uma jovem por causa de som alto, um estupro coletivo, violência contra uma mulher e um esquema milionário de agiotagem, extorsão e lavagem de dinheiro. Os casos de extrema repercussão surpreenderam os brasilienses e estão imputados a policiais militares do Distrito Federal, que aparecem como protagonistas desses crimes. Em pouco mais de um mês, ao menos quatro PMs foram presos por situações adversas. O cenário acendeu alerta na corporação, que afirma ter intensificado a punição e reforçado as ações de prevenção. Porém, houve uma queda do número de procedimentos instaurados contra os militares denunciados. Dados obtidos pelo **Correio** por meio da Corregedoria da PMDF apontam uma diminuição de quase 14% entre 2020 e 2021 — de janeiro até 17 de novembro.

No período considerado deste ano, a Polícia Militar instaurou um total de 17.224 procedimentos contra integrantes da corporação. Em 2021, registrou-se o menor número nos últimos cinco anos (2.112). Já em 2020, 2.465 policiais foram investigados pela corregedoria (**leia Registros**). Corregedor da corporação, o coronel Marco Alencar Alves atribui a queda às ações de prevenção e alerta aos servidores. “Temos feito um trabalho diferente e preventivo para que o militar saiba a maneira correta de trabalhar e qual ação tomar para cada tipo de situação”, afirmou.

Medidas

Os policiais militares que cometem algum delito podem ser alvos de quatro procedimentos diferentes: o procedimento de investigação preliminar, que reúne informações necessárias para apurar os fatos previamente, antes de partir para uma punição severa; a sindicância, que traz em

um caderno processual as informações no intuito de esclarecer determinado fato; o memorando acusatório, que trata de um procedimento administrativo para apurar a conduta do servidor que venha afetar a ética e disciplina; e, por último, o inquérito policial-militar (IPM), a instância final em que, procedendo a apuração de um delito, é instaurado esse instrumento.

Na avaliação do advogado criminalista Moises Martins, delegado aposentado da Polícia Civil do DF (PCDF), um crime praticado por um policial mancha a instituição e dificulta o trabalho do restante da equipe. “O indivíduo (que comete um delito) não está preocupado com a corporação. E isso podemos observar em toda profissão. Infelizmente não há nenhuma ferramenta que possa prever isso depois que há a admissão na corporação”, frisou.

O especialista em segurança pública adverte que é preciso desvincular a pessoa da carreira. “O indivíduo já tem um lado criminoso e traz dentro da personalidade a prática de crimes. Isso facilita ao ser policial, pois ele utiliza a farda e a arma para praticar ou comandar esses crimes. Porque todo crime há o exercício de violência. Então, o indivíduo utiliza a corporação de segurança pública para estar na condição de utilizar o cargo na prática de crimes”, pontuou.

Prevenção

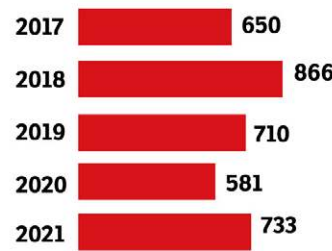
Em 2018, registrou-se o maior número de procedimentos instaurados contra PMs: foram 5.265. No ano seguinte, em 2019, houve queda de 26%, com 3.870 procedimentos. Em 2020, o número foi menor ainda (2.465) e, neste ano, até 17 de novembro, 2.112 policiais foram investigados.

O assunto sobre a conduta militar veio à tona após uma série de acontecimentos envolvendo os PMs (**leia Memória**). Recentemente, um sargento da ativa foi preso acusado de chefiar um esquema milionário de agiotagem,

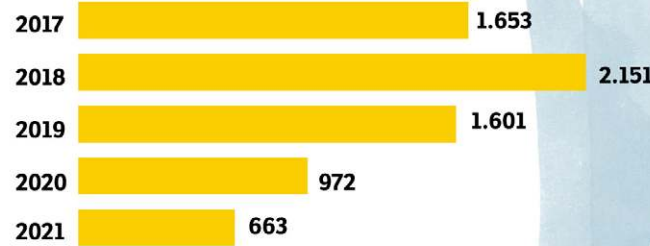
Registros

Procedimentos instaurados de 2017 a 2021 na Polícia Militar do Distrito Federal

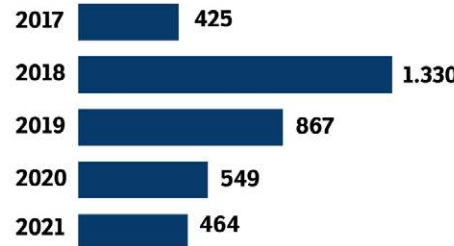
PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR



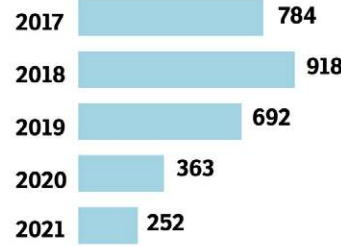
MEMORANDOS ACUSATÓRIOS



SINDICÂNCIAS



INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR

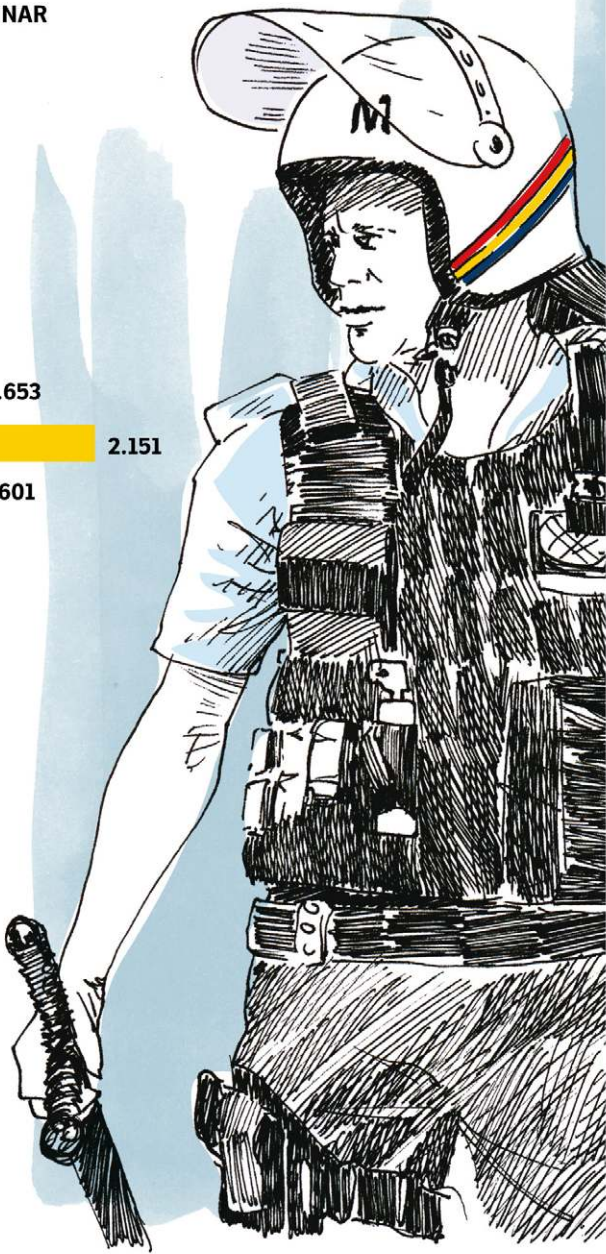


extorsão e lavagem de dinheiro. Além dele, outras cinco pessoas foram detidas por participação no grupo, incluindo o irmão, o empresário Tiago Fernandes da Silva; e o pai dos dois, Djair Baia da Silva; e uma mulher apontada como “operadora financeira”, a nutricionista Raiane Camêlo. A PCDF também pediu a preventiva de Tiago. Segundo as

investigações, o militar é suspeito de gerenciar um negócio ilegal que movimentou R\$ 8 milhões em seis meses extorquindo pessoas.

A Corregedoria da PMDF atua de forma a evitar que policiais cometam crimes. Entre os projetos implementados pela corporação estão as visitas do corregedor-geral às unidades operacionais com

o intuito de ministrar palestras sobre as medidas de prevenção. “Os casos que envolvem crimes atribuídos aos PMs são isolados. Não temos como prever que esses policiais vão cometer algum delito. A criminalidade vem com a pessoa. Esses que deveriam servir à sociedade e fazem o contrário, para mim, são bandidos vestidos de policiais”, afirmou.



Memória

Crimes envolvendo PMs em 2021

16 DE NOVEMBRO

O sargento Ronie Peter Fernandes da Silva foi preso por liderar um esquema milionário de agiotagem, extorsão e lavagem de dinheiro. Outras cinco pessoas foram detidas, incluindo o pai e o irmão do PM. A corporação de quem não pagava as prestações do empréstimo em dia era feita, segundo as investigações, por meio de coação e ameaças. O grupo tomava veículos, exigia a transferência de imóveis dos endividados e lavava o dinheiro do esquema em empresas de fachada e com a compra de carros de luxo.

13 DE OUTUBRO

O sargento Osiel Alves da Silva espancou uma empresária de 43 anos no Riacho Fundo 1. O PM foi ao escritório da vítima cobrar uma suposta dívida de R\$ 40 mil. Quando ela disse não ter o valor integral para pagar à vista, o militar a agrediu, enforcou e ameaçou. O policial foi afastado das atividades.

9 DE OUTUBRO

Irineu Marques Dias foi preso e afastado do cargo de subtenente da PMDF por suspeita de participar de um estupro coletivo em Águas Lindas (GO). O militar estava em horário de serviço quando teria violentado a vítima com outros cinco homens, em uma festa.

23 DE SETEMBRO

Um major da PMDF foi preso em flagrante e autuado por injúria, ameaça e lesão corporal no âmbito da Lei Maria da Penha, após espancar a companheira. O policial foi detido no apartamento onde o casal morava, em Águas Claras. Em nota, a corporação informou que o militar responde pelo crime em liberdade.

»Entrevista | CORONEL MÁRCIO CAVALCANTE, COMANDANTE-GERAL DA PMDF

Punição a quem merece

» ADRIANA BERNARDES

“Qualquer desvio de conduta praticado por um membro da corporação macula a imagem da instituição”,

afirma o comandante-geral da Polícia Militar, Márcio Cavalcante Vasconcelos. Ao **Correio**, o coronel comenta a sequência de denúncias e prisões de policiais

militares da ativa e da reserva, acusados de crimes que vão desde ações truculentas a extorsões e ligações com o crime organizado.

Quais condutas o senhor pretende tomar diante de ações recentes de policiais da corporação na prática de crimes diversos?

Estando à frente da instituição, com a quantidade de homens que temos, sobretudo com atribuição de garantir a segurança pública; combater a ilegalidade; e garantir a preservação da lei, fiquei muito triste, chateado. Mas, ao mesmo tempo, esses fatos trazem para nós o aumento da responsabilidade no que diz respeito ao controle das ações do nosso efetivo. Apoiamos integralmente a ação de combate ao crime daqueles que transgridem a legislação, atuando de

forma contrária aos princípios e valores os quais acreditamos, tanto como policiais militares, quanto como cidadãos. Que sejam (os policiais) identificados, processados nos termos da lei e, em caso de condenação, que sejam aplicadas as punições de acordo com a responsabilidade de cada um.

Essa sequência de desvios de conduta não mancha a imagem da corporação?

Qualquer desvio de conduta praticado por um membro da corporação macula a imagem da instituição. Mas precisamos ser responsáveis ao analisar a situação, pois são casos

pontuais e isolados. Somos referência em remuneração entre os praças. No caso de oficiais e níveis mais altos de carreira, a diferença não é tão significativa. No entanto, mais importante que tudo isso é o fato de que, quem aceita ser um membro da PM necessita de valores maiores do que a questão remuneratória. Devem balizar suas ações com os valores de quem protege a sociedade. E nós prestamos um bom serviço ao cidadão e ao Brasil. Temos aqui as representações diplomáticas do mundo todo, além da sede dos Três Poderes. Fazemos a defesa de instituições que representam a nossa nação.

O comando do DF monitora a situação para saber se são casos isolados ou se há correlação entre eles?

Na nossa avaliação é que são casos isolados e muito isolados. Somos seres humanos e os seres humanos falham. Nossa corporação é enorme: são mais de 22 mil homens, entre ativos e da reserva, e estamos muito atentos. Há um trabalho da Corregedoria, em parceria com o Ministério Público Militar, muito forte. Asseguro que não há uma quadrilha institucionalizada com esse tipo de desvio. E se ficar comprovado qualquer desvio de membros da corporação, essas pessoas vão ser identificadas, processadas e punidas.

PMDF/Divulgação



Temos que ser referência, exemplo. Isso passa, sobretudo, pela nossa atuação ao descobrir e punir exemplarmente esses casos.

Como é o processo de investigação contra um PM acusado?

Para qualquer desvio — penal, civil ou administrativo —, há um rito específico, tratado pela equipe de correção e controle. Esta, por sua vez, tem uma estreita ligação com o Ministério Público Militar, que acompanha, de maneira muito próxima, todas as ocorrências que geram apuração interna. Não atuamos só

com apuração de desvios, mas, sobretudo, com medidas de prevenção. Isso é feito, inicialmente, nos bancos escolares, durante o curso de formação. E, depois, rotineiramente, com medidas de conscientização dos valores. Temos, ainda, uma série de controles indiretos: liberação de policiamento e missão do dia. Somos uma força mista, pois trabalhamos em equipe. Nossa maior arma contra os desvios é a autotutela e, indiretamente, a tutela de policial sobre o outro. Como trabalhamos em equipe, um acaba fiscalizando a conduta do outro.

O que pode acontecer com um PM se condenado?

Temos leis e regulamentos próprios. Qualquer ato que envolva desvio, feitas as apurações necessárias nos termos da lei, o policial pode sofrer desde sanção administrativa — disciplinar, repreensão, advertência — até civil ou penal, que vem de decisões judiciais. Os atos contrários às leis podem culminar com a exclusão do militar dos quadros da corporação. Quanto ao salário, depende do caso se ele vai ou não continuar a receber os proventos.